



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/08/2012



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 4
1.2. DECISÕES.....	5 - 6
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	7
2.2. DECISÕES.....	8 - 9
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. AÇÕES TJMA.....	10 - 11
3.2. DECISÕES.....	12 - 13
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	14 - 15
4.2. DECISÕES.....	16
4.3. DESEMBARGADORES.....	17
4.4. EVENTOS.....	18
4.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	19
4.6. SERVIDORES.....	20
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER.....	21
5.2. DECISÕES.....	22
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DECISÕES.....	23
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. AÇÕES TJMA.....	24 - 25
7.2. DECISÕES.....	26
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CASO DÉCIO SÁ.....	27 - 28
8.2. DECISÕES.....	29 - 31
8.3. SELETIVOS.....	32

Sejap e Semu lançam projeto "Juntando os Pedacos"

Secretaria Catharina Bacelar ao lado da supervisora Giselle Leda durante o lançamento do Projeto



As secretarias de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e da Mulher (Semu) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) lançaram, em solenidade realizada na Penitenciária Feminina de Pedrinhas, em São Luís, o projeto "Juntando os Pedacos". Presentes, a secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar; o coordenador de Educação da Secretaria de Justiça e Administração, João Lelis; a supervisora da unidade, Giselle Miranda Leda, entre outros gestores.

O projeto, que vai beneficiar 150 detentas, terá cursos profissionalizantes, palestras e oficinas. Os cursos são da Secretaria

de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República e Governo do Estado. A secretária Catharina Bacelar, destacou o trabalho em equipe realizado pelos órgãos participantes e enfatizou a importância das atividades de ressocialização.

João Lelis, que coordenará o projeto dentro da unidade, afirmou que os cursos também foram sugeridos pelas internas, por meio de pesquisa. "Elas são as beneficiadas, nada mais justo que escolham o que é de interesse delas" frisou no lançamento, realizado ao final de julho.

O objetivo do projeto é contribuir para desenvolvimento de potencialidades, mudança de status

social por meio da formação profissional e artística de mulheres em situação de prisão além da articulação das mesmas com setores relacionados à venda de produtos e divulgação da sua capacidade de trabalho.

Serão seis cursos: Balconista e Empacotadora, Informática Básica, Operadora de Telemarketing, Recepcionista e Atendente, Bijuteria e Empreendedorismo Aperfeiçoamento em Corte e Costura, com oferta de 25 vagas por curso, no total de 150. Os participantes receberão material didático e poderão participar de até três cursos. "A proposta é pensar no futuro, encaminhando as alunas para o mercado do trabalho após a passagem pela unidade" afirmou o coordenador de Educação da Sejap.

Durante o projeto, serão realizadas 13 palestras sobre diversos temas. Três serão de treinamentos voltados aos profissionais, técnicos e quadro de funcionários da Penitenciária que farão parte da execução do projeto.

Para as internas serão oferecidas 30 vagas por palestra, que acontecerão

a cada 15 dias, sempre as quintas-feiras. Dentre os temas. Como prevenir Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, Gestão de Negócios e Impasses e possibilidades no convívio social e familiar e Comunicação Interpessoal.

Oficina de mosaico - A oficina de mosaico "Juntando os Pedacos", que deu nome ao projeto, contará com 48 vagas. Haverá a formação de quatro grupos com 12 mulheres, em dois meses na oficina. Eles aprenderão técnicas de produção de mosaico, entre outros ofícios. De acordo com o idealizador da oficina, Melquiades Dovts, o espaço é terapêutico. A supervisora da Instituição, Giselle Leda, acrescentou que elas, ao final, vão comercializar seus trabalhos, dentro e fora da unidade.

Na opinião de uma das internas, há um ano e meio na unidade, projetos representam sempre boas oportunidades. Ela informou que já fez vários cursos oferecidos na Penitenciária e planeja, assim que sair, aprimorar-se em segurança do trabalho.

TJ discute implantação de processo eletrônico com operadores do Direito



➡ Presidente do TJMA discute processo judicial eletrônico com operadores da Justiça

Pág. 7

TJ discute implantação de processo eletrônico com operadores do Direito

O projeto de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Poder Judiciário do Maranhão foi apresentado nesta terça-feira (07) a representantes da Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública estadual e seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O projeto, que decorre de programa desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está orçado em R\$ 96.643.502,00 e será implementado a longo prazo pelo Judiciário maranhense. As atividades começam este ano e devem terminar em 2017, contemplando o Tribunal e todas as varas judiciais e juizados especiais do Estado.

Assistiram à apresentação a procuradora-geral do Estado, Helena Haickel, a corregedora Mara Pinheiro e o procurador Miguel Ribeiro; o chefe da DPE, Aldy Mello e a corregedora Fabí-

ola Barros; a vice-presidente da OAB, Valéria Lauande, e os juízes Nilo Ribeiro e Francisca Galiza, auxiliares da presidência do TJ, e o juiz coordenador de planejamento estratégico do TJMA, Paulo de Assis Ribeiro.

Cada uma dessas instituições terá um representante no comitê de implantação do PJe. Para participar efetivamente da virtualização processual, membros do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e advocacia deverão possuir certificação digital emitida por autoridade certificadora para poder acessar o sistema e movimentar os processos.

O presidente Guerreiro Júnior alertou aos participantes que o processo eletrônico vai depender da integração entre os operadores da Justiça. “Todos devem se adaptar, conforme evoluírem os trabalhos”, disse. Ao provocar o encontro, o Tribunal quer que os parceiros trabalhem de forma coordenada com vistas a alcançar resultados.

A vice-presidente da OAB-MA, Valéria Lauande, solicitou a inclusão da Procuradoria Geral do Município no comitê, diante da importância dos processos da área da Fazenda Pública. O coordenador do PE do TJ, juiz Paulo Ribeiro, destacou que a virtualização dos processos é irreversível e todos os órgãos deverão se integrar aos novos procedimentos.

Cada unidade - vara ou juizado - receberá dez computadores, três scanners e duas impressoras, equipamentos necessários para configurar e operacionalizar o sistema. O diretor de informática e automação do TJMA, Paulo Rocha Neto, informou que uma equipe - formada por juizes e analistas de sistema - vai ao CNJ este mês para receber treinamento e, em seguida, vai repassar conhecimentos à equipe de implantação.

RAPOSA - A comarca de Raposa, na região metropolitana de São Luís, foi escolhida para ser a primeira a receber o projeto pi-

loto, a partir de outubro, por ser de entrância inicial, com apenas uma vara, e contar com fórum padronizado e instalações novas e adequadas. Em 2013, o PJe será levado a Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Tribunal de Justiça. Em 2014, chegará a São Luís e mais doze comarcas próximas. Para garantir o funcionamento do sistema, o Tribunal deverá adaptar as unidades judiciais, instalar equipamentos, treinar pessoal, editar normas regulamentadoras e divulgar a implantação no meio jurídico.

PJe - O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um sistema de informática desenvolvido pelo CNJ e lançado em parceria com os tribunais para a automação do Judiciário em 2011. O sistema permite a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no computador, assim como o acompanhamento desse processo judicial.

JUSTIÇA

Pág. 2

Prefeito de Vitorino Freire deve ser afastado do cargo



⇒ Relator Desembargador Raimundo Melo

Prefeito de Vitorino Freire deve ser afastado do cargo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou o afastamento imediato do prefeito de Vitorino Freire, José Ribamar Rodrigues, por fraude em licitações e desvio de verbas públicas no valor de R\$ 2.337.772,44, em 2005, durante o exercício de mandato eletivo no Executivo municipal. A decisão é da 1ª Câmara Criminal em sessão ontem.

Além de determinar o afastamento imediato de Rodrigues do cargo, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, autorizou o envio de comunicação do afastamento à Câmara de Vereadores de Vitorino Freire para dar cumprimento imediato à decisão dando posse ao substituto legal.

O comunicado foi enviado ainda ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ao Juízo monocrático daquela comarca para as providências cabíveis. O Banco do Brasil foi oficializado para a que o gestor não possa efetuar nenhuma

movimentação na conta bancária da prefeitura do Município de Vitorino Freire.

DENÚNCIA- Na denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual consta que, no exercício do mandato, Rodrigues praticou várias irregularidades enquanto gestor, em 2005. À época, o prefeito teria dispensado o processo licitatório, fora das hipóteses previstas em lei e adquiriu bens e serviços sem concorrência ou coleta de preços.

Para o MP, o gestor municipal procedeu de forma irregular ao fazer a contratação direta de algumas empresas e pessoas físicas para o fornecimento de bens e realizações de serviços públicos que totalizaram R\$ 2,3 milhões.

VOTO - O desembargador Raimundo Melo ressaltou haver fortes indícios de autoria e materialidade delitivas, demonstradas pelos relatórios de informação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente à aplicação irre-

gular de verbas públicas.

Melo destacou que a denúncia está formalmente perfeita e preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal (CPP) por conter a exposição do fato criminoso e todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do delito, além do rol de testemunhas. "Depreende-se, por isso, a existência de crime em tese, que aliada aos indícios de autoria, autorizam o seu recebimento", assinalou o desembargador.

O relator entendeu ser necessário o afastamento do prefeito, ante o risco de grave lesão à ordem pública, à segurança e à economia públicas, substanciadas na manutenção, no cargo de agente político sob acusação por crime de responsabilidade pelo qual está sendo denunciado pelo órgão ministerial. Acompanharam a decisão, os desembargadores Bayma Araujo e Cleonice Freire.

Sejap e Semu lançam projeto 'JUNTANDO OS PEDAÇOS'

As secretarias de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e da Mulher (Semu) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) lançaram, em solenidade realizada na Penitenciária Feminina de Pedrinhas, em São Luís, o projeto "Juntando os Pedacos". Presentes, a secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar; o coordenador de Educação da Secretaria de Justiça e Administração, João Lelis; a supervisora da unidade, Giselle Miranda Leda, entre outros gestores.

O projeto, que vai beneficiar 150 detentas, terá cursos profissionalizantes, palestras e oficinas. Os recursos são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República e Governo do Estado. A secretária Catharina Bacelar, destacou o trabalho em equipe realizado pelos órgãos participantes e enfatizou a importância das atividades de ressocialização.

João Lelis, que coordenará o projeto dentro da unidade, afirmou que os cursos também foram sugeridos pelas internas, por meio de pesquisa. "Elas são as beneficiadas, nada mais justo que escolham o que é de interesse delas" frisou no lançamento, realizado ao final de julho.



Secretária Catharina Bacelar ao lado da supervisora Giselle Leda durante o lançamento do Projeto

O objetivo do projeto é contribuir para desenvolvimento de potencialidades, mudança de status social por meio da formação profissional e artística de mulheres em situação de prisão além da articulação das mesmas com setores relacionados à venda de produtos e divulgação da sua capacidade de trabalho.

Serão seis cursos: Balconista e Empacotadora, Informática Básica, Operadora de Telemarketing, Recepcionista e Atendente, Bijuteria e Empreendedorismo

Aperfeiçoamento em Corte e Costura, com oferta de 25 vagas por curso, no total de 150. Os participantes receberão material didático e poderão participar de até três cursos. "A proposta é pensar no futuro, encaminhando as alunas para o mercado do trabalho após a passagem pela unidade" afirmou o coordenador de Educação da Sejap.

Durante o projeto, serão realizadas 13 palestras sobre diversos temas. Três serão de treinamentos voltados aos profissionais, técnicos e quadro de funcionários da Peni-

enciária que farão parte da execução do projeto.

Para as internas serão oferecidas 30 vagas por palestra, que acontecerão a cada 15 dias, sempre as quintas-feiras. Dentre os temas: "Como prevenir Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS", "Gestão de Negócios" e "Impasses e possibilidades no convívio social e familiar e Comunicação Interpessoal".

OFICINA DE MOSAICO

- A oficina de mosaico "Juntando os Pedacos", que deu nome ao projeto, contará com 48 vagas. Haverá a formação de quatro grupos com 12 mulheres, em dois meses na oficina. Eles aprenderão técnicas de produção de mosaico, entre outros ofícios. De acordo com o idealizador da oficina, Melquiades Dovts, o espaço é terapêutico. A supervisora da Instituição, Giselle Leda, acrescentou que elas, ao final, vão comercializar seus trabalhos, dentro e fora da unidade.

Na opinião de uma das internas, há um ano e meio na unidade, projetos representam sempre boas oportunidades. Ela informou que já fez vários cursos oferecidos na Penitenciária e planeja, assim que sair, aprimorar-se em segurança do trabalho.

Justiça determina afastamento de prefeito de Vitorino Freire

PÁGINA 3

TJ determina afastamento de prefeito de Vitorino Freire

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) determinou o afastamento imediato do prefeito de Vitorino Freire, José Ribamar Rodrigues, por fraude em licitações e desvio de verbas públicas no valor de R\$ 2.337.772,44, em 2005, durante o exercício de mandato eletivo no Executivo municipal. A decisão é da 1ª Câmara Criminal em sessão ontem (7).

Além de determinar o afastamento imediato de Rodrigues do cargo, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, autorizou o envio de comunicação do afastamento à Câmara de Vereadores de Vitorino Freire para dar cumprimento imediato à decisão dando posse ao substituto legal.

O comunicado foi enviado ainda ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ao Juízo monocrático daquela comarca para as providências cabíveis. O Banco do Brasil foi oficiado para a que o gestor não possa efetuar nenhuma movimentação na conta bancária da prefeitura do Município de Vitorino Freire.

DENÚNCIA - Na denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual consta que, no exercício do mandato, Rodrigues praticou várias irregularidades enquanto gestor, em 2005. À época, o prefeito teria dispensado o processo licitatório, fora das hipóteses previstas em lei e adquiriu bens e serviços sem concorrência ou coleta de preços.

Para o MP, o gestor muni-

cipal procedeu de forma irregular ao fazer a contratação direta de algumas empresas e pessoas físicas para o fornecimento de bens e realizações de serviços públicos que totalizaram R\$ 2,3 milhões.

VOTO - O desembargador Raimundo Melo ressaltou haver fortes indícios de autoria e materialidade delitivas, demonstradas pelos relatórios de informação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente à aplicação irregular de verbas públicas.

Melo destacou que a denúncia está formalmente perfeita e preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal (CPP) por conter a exposição do fato criminoso e todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do delito, além do rol de testemunhas. "Depreende-se, por isso, a existência de crime em tese, que aliada aos indícios de autoria, autorizam o seu recebimento", assinalou o desembargador.

O relator entendeu ser necessário o afastamento do prefeito, ante o risco de grave lesão à ordem pública, à segurança e à economia públicas, consubstanciadas na manutenção, no cargo de agente político sob acusação por crime de responsabilidade pelo qual está sendo denunciado pelo órgão ministerial. Acompanharam a decisão, os desembargadores Bayma Araújo e Cleonice Freire.

POLÍCIA

SECRETARIAS LANÇAM PROJETO "JUNTANDO OS PEDAÇOS"

As secretarias de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e da Mulher (Semu) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) lançaram, em solenidade realizada na Penitenciária Feminina de Pedrinhas, em São Luís, o projeto "Juntando os Pedacos". **PAG. 08**

Secretarias lançam projeto "Juntando os Pedacos"

As secretarias de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e da Mulher (Semu) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) lançaram, em solenidade realizada na Penitenciária Feminina de Pedrinhas, em São Luís, o projeto "Juntando os Pedacos". Presentes, a secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar; o coordenador de Educação da Secretaria de Justiça e Administração, João Lelis; a supervisora da unidade, Giselle Miranda Leda, entre outros gestores.

O projeto, que vai beneficiar 150 detentas, terá cursos profissionalizantes, palestras e oficinas. Os recursos são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República e Governo do Estado. A secretária Catharina Bacelar, destacou o trabalho em equipe realizado pelos órgãos participantes e enfatizou a im-

portância das atividades de ressocialização.

João Lelis, que coordenará o projeto dentro da unidade, afirmou que os cursos também foram sugeridos pelas internas, por meio de pesquisa. "Elas são as beneficiadas, nada mais justo que escolham o que é de interesse delas" frisou no lançamento, realizado ao final de julho. O objetivo do projeto é contribuir para desenvolvimento de potencialidades, mudança de status social por meio da formação profissional e artística de mulheres em situação de prisão além da articulação das mesmas com setores relacionados à venda de produtos e divulgação da sua capacidade de trabalho.

Serão seis cursos: Balconista e Empacotadora, Informática Básica, Operadora de Telemarketing, Recepcionista e Atenden-

te, Bijuteria e Empreendedorismo Aperfeiçoamento em Corte e Costura, com oferta de 25 vagas por curso, no total de 150. Os participantes receberão material didático e poderão participar de até três cursos. "A proposta é pensar no futuro, encaminhando as alunas para o mercado do trabalho após a passagem pela unidade" afirmou o coordenador de Educação da Sejap.

Durante o projeto, serão realizadas 13 palestras sobre diversos temas. Três serão de treinamentos voltados aos profissionais, técnicos e quadro de funcionários da Penitenciária que farão parte da execução do projeto. Para as internas serão oferecidas 30 vagas por palestra, que acontecerão a cada 15 dias, sempre as quintas-feiras. Dentre os temas. "Como prevenir Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS", "Gestão de Negócios" e "Im-

passes e possibilidades no convívio social e familiar e Comunicação Interpessoal".

Oficina de mosaico - A oficina de mosaico "Juntando os Pedacos", que deu nome ao projeto, contará com 48 vagas. Haverá a formação de quatro grupos com 12 mulheres, em dois meses na oficina. Eles aprenderão técnicas de produção de mosaico, entre outros ofícios. De acordo com o idealizador da oficina, Melquiades Dovts, o espaço é terapêutico. A supervisora da Instituição, Giselle Léda, acrescentou que elas, ao final, vão comercializar seus trabalhos, dentro e fora da unidade.

Na opinião de uma das internas, há um ano e meio na unidade, projetos representam sempre boas oportunidades. Ela informou que já fez vários cursos oferecidos na Penitenciária e planeja, assim que sair, aprimorar-se em segurança do trabalho.

POLÍTICA

PREFEITO DE VITORINO FREIRE DEVE SER AFASTADO DO CARGO

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou o afastamento imediato do prefeito de Vitorino Freire, José Ribamar Rodrigues, por fraude em licitações e desvio de verbas públicas no valor de R\$ 2.337.772,44. **PAG. 03**

DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS

Prefeito de Vitorino Freire deve ser afastado do cargo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou o afastamento imediato do prefeito de Vitorino Freire, José Ribamar Rodrigues, por fraude em licitações e desvio de verbas públicas no valor de R\$ 2.337.772,44, em 2005, durante o exercício de mandato eletivo no Executivo municipal. A decisão é da 1ª Câmara Criminal em sessão na terça-feira (7).

Além de determinar o afastamento imediato de Rodrigues do cargo, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, autorizou o envio de comunicação do afastamento à Câmara de Vereadores de Vitorino Freire para dar cumprimento imediato à decisão dando posse ao substituto legal.

O comunicado foi enviado

ainda ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ao Juízo monocrático daquela comarca para as providências cabíveis. O Banco do Brasil foi oficialdo para a que o gestor não possa efetuar nenhuma movimentação na conta bancária da prefeitura do Município de Vitorino Freire.

DENÚNCIA- Na denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual consta que, no exercício do mandato, Rodrigues praticou várias irregularidades enquanto gestor, em 2005. À época, o prefeito teria dispensado o processo licitatório, fora das hipóteses previstas em lei e adquiriu bens e serviços sem concorrência ou coleta de preços.

Para o MP, o gestor muni-

cipal procedeu de forma irregular ao fazer a contratação direta de algumas empresas e pessoas físicas para o fornecimento de bens e realizações de serviços públicos que totalizaram R\$ 2,3 milhões.

VOTO - O desembargador Raimundo Melo ressaltou haver fortes indícios de autoria e materialidade delitivas, demonstradas pelos relatórios de informação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente à aplicação irregular de verbas públicas.

Melo destacou que a denúncia está formalmente perfeita e preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal (CPP) por conter a exposição do fato criminoso e todas as

suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do delito, além do rol de testemunhas. "Depreende-se, por isso, a existência de crime em tese, que aliada aos indícios de autoria, autorizam o seu recebimento", assinalou o desembargador.

O relator entendeu ser necessário o afastamento do prefeito, ante o risco de grave lesão à ordem pública, à segurança e à economia públicas, consubstanciadas na manutenção, no cargo de agente político sob acusação por crime de responsabilidade pelo qual está sendo denunciado pelo órgão ministerial. Acompanharam a decisão, os desembargadores Bayma Araujo e Cleonice Freire.

TJ discute implantação de processo eletrônico com operadores do Direito

Atividades vão contemplar as varas judiciais e os juizados especiais do Estado

O projeto de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Poder Judiciário do Maranhão foi apresentado ontem a representantes da Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública estadual e seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O projeto, que decorre de programa desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está orçado em R\$ 96.643.502,00 e será implementado a longo prazo pelo Judiciário maranhense. As atividades começam este ano e devem terminar em 2017, contemplando o tribunal e todas as varas judiciais e juizados especiais do Estado.

Assistiram à apresentação a procuradora-geral do Estado, Helena Haickel; a corregedora Mara Pinheiro e o procurador Miguel Ribeiro; o chefe da DPE, Aldy Mello e a corregedora Fabíola Barros; a vice-presidente da OAB, Valéria Lauande, e os juízes Nilo Ribeiro e Francisca Galiza, auxiliares da presidência do TJ, e o juiz coordenador de Planejamento Estratégico do TJ-MA, Paulo de Assis Ribeiro.

Cada uma dessas instituições



Guerreiro Júnior (c) com representantes de órgãos de Justiça

terá um representante no comitê de implantação do PJe. Para participar efetivamente da virtualização processual, membros do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e advocacia deverão ter certificação digital emitida por autoridade certificadora para poder acessar o sistema e movimentar os processos.

O presidente Guerreiro Júnior alertou aos participantes que o processo eletrônico vai depender da integração entre os operadores da Justiça. "Todos devem se adaptar, conforme evoluírem os trabalhos", disse. Ao provocar o encontro, o tribunal quer que os parceiros trabalhem de forma coordenada com vistas a alcançar resultados.

Inclusão - A vice-presidente da OAB-MA, Valéria Lauande, so-

licitou a inclusão da Procuradoria Geral do Município no comitê, diante da importância dos processos da área da Fazenda Pública. O coordenador do PE do TJ, juiz Paulo Ribeiro, destacou que a virtualização dos processos é irreversível e todos os órgãos deverão se integrar aos novos procedimentos.

Cada unidade – vara ou juizado – receberá 10 computadores, três *scanners* e dois impressoras, equipamentos necessários para configurar e operacionalizar o sistema. O diretor de Informática e Automação do TJ-MA, Paulo Rocha Neto, informou que uma equipe – formada por juízes e analistas de sistema – vai ao CNJ este mês para receber treinamento e, em seguida, vai repassar conhecimentos à equipe de implantação.

PJe

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um sistema de informática desenvolvido pelo CNJ e lançado em parceria com os tribunais para a automação do Judiciário em 2011. O sistema permite a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no computador, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos estados, na Justiça Militar dos estados e na Justiça do Trabalho.

Raposa - A comarca de Raposa, na Região Metropolitana de São Luís, foi escolhida para ser a primeira a receber o projeto piloto, a partir de outubro, por ser de entrância inicial, com apenas uma vara, e contar com fórum padronizado e instalações novas e adequadas.

Em 2013, o PJe será levado a Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Tribunal de Justiça. Em 2014, chegará a São Luís e mais 12 comarcas próximas. Para garantir o funcionamento do sistema, o tribunal deverá adaptar as unidades judiciais, instalar equipamentos, treinar pessoal, editar normas regulamentadoras e divulgar a implantação no meio jurídico.



Giselle Léda e Catharina Bacelar durante lançamento do projeto

Projeto Juntando os Pedacos é lançado por Sejap, Semu e TJMA

150 detentas de Pedrinhas serão beneficiadas com cursos e oficinas

As secretarias de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e da Mulher (Semu) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lançaram, em solenidade realizada na Penitenciária Feminina de Pedrinhas, em São Luís, o projeto Juntando os Pedacos.

O projeto, que vai beneficiar 150 detentas, terá cursos profissionalizantes, palestras e oficinas. Os recursos são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República e Governo do Estado.

A secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, destacou o trabalho em equipe realizado pelos órgãos participantes e enfatizou a importância das atividades de ressocialização.

O coordenador de Educação da Secretaria de Justiça e Administração, João Lelis, afirmou que os cursos também foram sugeridos pelas internas, por meio de pesquisa. "Elas são as beneficiadas, nada mais justo que escolham o que é de interesse delas", disse ele, que coordenará o projeto dentro da unidade.

O objetivo do projeto é contribuir para desenvolvimento de potencialidades, mudança de status social por meio da formação profissional e artística de mulheres em situação de prisão, além da articulação das mesmas com setores relacionados à venda de produtos e divulgação da sua capacidade de trabalho.

Serão seis cursos: Balconista e Empacotadora, Informática Básica, Operadora de Telemarketing, Recepcionista e Atendente, Bijuteria e Empreendedorismo Aperfeiçoamento em Corte e Costura, com oferta de 25 vagas por curso, no total de 150. Os participantes receberão material didático e poderão participar de até três cursos.

Mosaico - A oficina de mosaico Juntando os Pedacos, que deu nome ao projeto, contará com 48 vagas. Haverá a formação de quatro grupos com 12 mulheres, em dois meses na oficina. Eles aprenderão técnicas de produção de mosaico, entre outros ofícios. De acordo com o idealizador da oficina, Melquiades Dovts, o espaço é terapêutico.

A supervisora da Unidade de Pedrinhas, Giselle Léda, disse que as detentas, ao fim da oficina, vão comercializar seus trabalhos, dentro do estabelecimento penal.

Apelação contra a Fundação José Sarney é rejeitada

Tribunal nega provimento ao recurso de apelação contra decisão que rejeitou ação civil pública de improbidade administrativa

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou provimento ao recurso de apelação contra decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que rejeitou ação civil pública de improbidade administrativa movida contra a Fundação José Sarney e a Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês (Aabom).

Os promotores de Justiça Sandra Elouf e Marcos Paixão apelaram ao TJMA alegando desvio de finalidade do uso de verba pública objeto do convênio firmado entre o Estado do Maranhão e a Fundação José Sarney e dispensa indevida de procedimento licitatório na contratação dos serviços da Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês.

Os membros do Ministério Público estadual requereram que a ação civil pública fosse recebida em face de todos os apelados: a fundação, por ser parte no convênio; os seus diretores, José Carlos Sousa e Silva e Maria das Graças Fontoura, e a Aabom, por ter recebido dinheiro de forma indevida pela convenente.

Segundo os autos, na decisão de primeira instância, o juiz Raimundo Néris Ferreira (5ª Vara da Fazenda Pública) entendeu que o fato de uma fundação de natureza privada receber verbas públicas de forma regular, por meio de convênio, não a torna obrigada ao princípio da licitação na precedência do uso dos recursos. Também julgou que os gastos da entidade estão de acordo com as finalidades previstas no convênio.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer da procuradora Mariléa Santos Costa, se manifestou no processo contra a promoção da ação civil pública e pela manutenção da sentença de rejei-

ção do juiz de primeiro grau.

Voto - O relator do processo, desembargador Kléber Carvalho, argumentou que tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Licitação Pública excluíram as fundações privadas da necessidade da licitação, mesmo quando recebem verbas públicas. "Não tenho dúvida em dizer que a Constituição e a Lei Nº 8.666/99, não elencaram a fundação privada como ente obrigatório ao princípio da licitação pública, razão pela qual a minha ponderação é de que ela pode fazer tudo o que a lei não lhe impede, em decorrência do princípio da legalidade e da autonomia privada", declarou o desembargador.

Quanto ao repasse da verba pública por meio de convênio com o Governo do Estado, o relator concluiu que há certeza de que todos os gastos da Fundação estão restritos aos objetivos delineados nas cláusulas do termo de convênio. "Os recibos constantes nos autos a acompanhar a prestação de contas sequer denotam desonestidade ou má-fé nas despesas", ressaltou o magistrado.

Mais

O desembargador Kléber Carvalho entendeu que o apelo não merecia ser acolhido no Tribunal e negou seu provimento, mantendo a sentença da 5ª Vara da Fazenda Pública da capital, pela rejeição da ação civil pública. O voto do relator foi seguido pelo desembargador Jorge Rachid e pela juíza Kátia Coelho, que atuou como julgadora na 1ª Câmara Cível em substituição à desembargadora Nelma Sarney.

Outro mestre do meu tempo de acadêmico de Direito da nossa turma no Uniceuma, atingiu sua glória na última eleição para escolha do cargo de desembargador para o Tribunal de Justiça do Maranhão, o ex juiz Raimundo Barros. Foi nosso professor da cadeira de Direito Processual Penal. Sempre foi admirado pela sua humildade.

A Justiça e a Cidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) já definiu o programa de homenagens pelos 400 anos de São Luís.

De 20 a 24 deste mês, o saguão do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, vai receber público de todas as idades em torno da exposição “A Justiça e a Cidade”.

Mostra de fotos antigas, painel com datas e passagens históricas, palestras e lançamento de livros irão movimentar o evento cultural, que tem a iniciativa do presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Indicado por Guerreiro Jr. para coordenar a exposição, o desembargador e escritor Lourival Serejo trabalha com uma equipe de servidores do Judiciário.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

EDITAL DE CITAÇÃO DE SERVIDORA

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria-TJ 2932012, de 31 de janeiro de 2012, publicada no Diário da Justiça do dia 09 de fevereiro de 2012, instaurada pelo Presidente deste Tribunal, Desembargador Antonio Guerreiro Júnior, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Parágrafo único e caput do art. 254 da Lei Estadual n.º 6.107/94, **CITA**, pelo presente edital, a servidora **ANA PATRÍCIA BARROS RIBEIRO**, Técnico Judiciário, matrícula n.º 102285, a fim de apresentar defesa escrita nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.º 5502/2012-TJ, instaurado a fim de apurar abandono de cargo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, sendo-lhe facultado vista dos autos - inclusive cópias, podendo, se quiser, constituir Advogado. A Comissão encontra-se instalada na Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares, situada no prédio do Palácio da Justiça "Clóvis Beviláqua", à Avenida D. Pedro II, Centro, São Luís (MA), funcionando no horário das 08h00min às 18h00min.

São Luís, 06 de agosto de 2012.

Marcia Cristina Oliveira Correia
Presidente da Comissão

Garantia de reajuste

Na sessão do dia 31 de julho último o Conselho Nacional de Justiça atendeu reivindicação da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão - FESEP – e decidiu por “recomendar aos tribunais que incluam em seus orçamentos dotação para a revisão geral anual de subsídios dos magistrados e servidores”. A decisão do CNJ faz cumprir o artigo 37 da Constituição, que garante aos barnabés do judiciário, assim como aos magistrados, o reajuste anual, “sempre na mesma data e sem distinção”.

ENCONTRO NACIONAL

Delegadas especializadas no atendimento à mulher do MA

Uma comitiva formada por 12 delegadas titulares das Delegacias Especializadas da Mulher (DEM) da Polícia Civil do Maranhão, sob o comando da delegada geral, Maria Cristina Resende Menezes, está participando, em Brasília, do Encontro Nacional "O Papel das Delegacias no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres", organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e pelo Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

O evento teve início, na manhã desta terça-feira (7), no

Hotel Golden Tulip Brasília Alvorada, com o lançamento da campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais Forte". A iniciativa conta com o apoio do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais.

Segundo a coordenação, o seminário está reunindo, durante dois dias cerca de 300 delegadas, representando

56% das 378 titulares de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DE-AMs) e 120 postos policiais existentes no país, e tem como intuito mobilizar a sociedade brasileira para o enfrentamento da violência contra as mulheres, o papel da autoridade policial nos casos de violência, bem como pleitear celeridade e atenção especial do Poder Judiciário quanto aos julgamentos de casos que envolvam essa problemática.

Para a delegada geral, o encontro nacional representa uma grande oportunidade de buscar avanços quanto ao combate à violência contra a mulher em todo o Brasil. "Este

seminário serve também como um espaço de troca de experiências e avaliações para a Segurança Pública quanto aos mecanismos de trabalho e as políticas e ações voltadas para esta problemática que atinge todos os estados do país", ressaltou.

O objetivo, conforme os organizadores é fortalecer as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, e pactuar as normas de atendimento às mulheres, de acordo com a Lei Maria da Penha. A programação prossegue, até esta quarta-feira (8), com mesas-redondas, palestras, ciclo de questionamentos, deliberação de encaminhamentos e propostas.

Prefeito de Vitorino Freire deve ser afastado do cargo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou o afastamento imediato do prefeito de Vitorino Freire, José Ribamar Rodrigues, por fraude em licitações e desvio de verbas públicas no valor de R\$ 2.337.772,44, em 2005, durante o exercício de mandato eletivo no Executivo municipal. A decisão é da 1ª Câmara Criminal em sessão nesta terça-feira (7). Além de determinar o afastamento imediato de Rodrigues do cargo, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, autorizou o envio de comunicação do afastamento à Câmara de Vereadores de Vitorino Freire para dar cumprimento imediato à decisão dando posse ao substituto legal. O comunicado foi enviado ainda ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ao Juízo monocrático daquela comarca para as providências cabíveis.

■ DECISÃO

TJ afasta prefeito de Vitorino Freire

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) determinou o afastamento imediato do prefeito de Vitorino Freire, José Ribamar Rodrigues, por fraude em licitações e desvio de verbas públicas no valor de R\$ 2.337.772,44, em 2005, durante o exercício de mandato eletivo no Executivo municipal. A decisão é da 1ª Câmara Criminal em sessão de ontem

Além de determinar o afastamento imediato de Rodrigues do cargo, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, autorizou o envio de comunicação do afastamento à Câmara de Vereadores de Vitorino Freire para dar cumprimento imediato à decisão dando posse ao substituto legal.

O comunicado foi enviado ainda ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ao Juízo monocrático da-

quela comarca para as providências cabíveis. O Banco do Brasil foi oficiado para a que o gestor não possa efetuar nenhuma movimentação na conta bancária da prefeitura do Município de Vitorino Freire.

Na denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual consta que, no exercício do mandato, Rodrigues praticou várias irregularidades enquanto gestor, em 2005. À época, o prefeito teria dispensado o processo licitatório, fora das hipóteses previstas em lei e adquiriu bens e serviços sem concorrência ou coleta de preços.

Para o MP, o gestor municipal procedeu de forma irregular ao fazer a contratação direta de algumas empresas e pessoas físicas para o fornecimento de bens e realizações de serviços públicos que totalizaram R\$ 2,3 milhões. O desembargador Raimundo Melo ressaltou haver fortes indícios de autoria e materialidade delitivas, demonstradas pelos relatórios de informação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente à aplicação irregular de verbas públicas. Acompanharam a decisão, os desembargadores Bayma Araújo e Cleonice Freire.

Na Penitenciária Feminina

Sejap e Semu lançam projeto "Juntando os Pedacos"

As secretarias de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e da Mulher (Semu) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) lançaram, em solenidade realizada na Penitenciária Feminina de Pedrinhas, em São Luís, o projeto "Juntando os Pedacos". Presentes, a secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar; o coordenador de Educação da Secretaria de Justiça e Administração, João Lelis; a supervisora da unidade, Giselle Miranda Leda, entre outros gestores. O projeto, que vai beneficiar 150 detentas, terá cursos profissionalizantes, palestras e oficinas. Os recursos são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República e Governo do Estado. **Página 7**

Penitenciária Feminina

Sejap e Semu lançam projeto "Juntando os Pedacos"

As secretarias de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e da Mulher (Semu) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) lançaram, em solenidade realizada na Penitenciária Feminina de Pedrinhas, em São Luís, o projeto "Juntando os Pedacos". Presentes, a secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar; o coordenador de Educação da Secretaria de Justiça e Administração, João Lelis; a supervisora da unidade, Giselle Miranda Leda, entre outros gestores.

O projeto, que vai beneficiar 150 detentas, terá cursos profissionalizantes, palestras e oficinas. Os recursos são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República e Governo do Estado. A secretária Catharina Bacelar, destacou o trabalho em equipe realizado pelos órgãos participantes e enfatizou a importância das atividades de ressocialização.

João Lelis, que coordenará o projeto dentro da unidade, afirmou que os cursos também foram sugeridos pe-



Secretária Catharina Bacelar ao lado da supervisora Giselle Leda durante o lançamento do Projeto

las internas, por meio de pesquisa. "Elas são as beneficiadas, nada mais justo que escolham o que é de interesse delas" frisou no lançamento, realizado ao final de julho.

O objetivo do projeto é contribuir para desenvolvimento de potencialidades, mudança de status social por meio da formação profissional e artística de mulheres em situação de prisão além da articulação das mesmas com setores relacionados à venda de produtos e divulgação da sua capacidade de trabalho.

Serão seis cursos: Balconista e Empacotadora,

Informática Básica, Operadora de Telemarketing, Recepcionista e Atendente, Bijuteria e Empreendedorismo Aperfeiçoamento em Corte e Costura, com oferta de 25 vagas por curso, no total de 150. Os participantes receberão material didático e poderão participar de até três cursos. "A proposta é pensar no futuro, encaminhando as alunas para o mercado do trabalho após a passagem pela unidade" afirmou o coordenador de Educação da Sejap.

Durante o projeto, serão realizadas 13 palestras sobre diversos temas. Três serão de treinamentos voltados aos

profissionais, técnicos e quadro de funcionários da Penitenciária que farão parte da execução do projeto.

Para as internas serão oferecidas 30 vagas por palestra, que acontecerão a cada 15 dias, sempre as quintas-feiras. Dentre os temas. "Como prevenir Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS", "Gestão de Negócios" e "Impasses e possibilidades no convívio social e familiar e Comunicação Interpessoal".

Oficina de mosaico - A oficina de mosaico "Juntando os Pedacos", que deu nome ao projeto, contará com 48 vagas. Haverá a formação de quatro grupos com 12 mulheres, em dois meses na oficina. Eles aprenderão técnicas de produção de mosaico, entre outros ofícios. De acordo com o idealizador da oficina, Melquiades Dovts, o espaço é terapêutico. A supervisora da Instituição, Giselle Léda, acrescentou que elas, ao final, vão comercializar seus trabalhos, dentro e fora da unidade.

Por fraude em licitações

Prefeito de Vitorino Freire deve ser afastado do cargo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou o afastamento imediato do prefeito de Vitorino Freire, José Ribamar Rodrigues, por fraude em licitações e desvio de verbas públicas no valor de R\$ 2.337.772,44, em 2005, durante o exercício de mandato eletivo no Executivo municipal. A decisão é da 1ª Câmara Criminal em sessão nesta terça-feira (7).

Além de determinar o afastamento imediato de Rodrigues do cargo, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, autorizou o envio de comunicação do afastamento à Câmara de Vereadores de Vitorino Freire para dar cumprimento imediato à decisão dando posse ao substituto legal.

O comunicado foi enviado ainda ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ao Juízo monocrático daquela comarca para as providências cabíveis. O Banco do Brasil foi oficiado para a que o gestor não possa efetuar nenhuma movimentação na conta bancária da prefeitura do Município de Vitorino Freire.

DENÚNCIA- Na denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual consta que, no exercício do mandato, Rodrigues praticou várias irregularidades enquanto gestor, em 2005. À época, o prefeito teria dispensado o processo licitatório, fora das hipóteses previstas em lei e adquiriu bens e serviços sem concorrência ou coleta de preços.

Para o MP, o gestor municipal procedeu de forma irregular ao fazer a contratação direta de algumas empresas e pessoas físicas para o fornecimento de bens e realizações de serviços públicos que totalizaram R\$ 2,3 milhões.

VOTO

O desembargador Raimundo Melo ressaltou haver fortes indícios de autoria e materialidade delitivas, demonstradas pelos relatórios de informação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente à aplicação irregular de verbas públicas.

Melo destacou que a denúncia está formalmente perfeita e preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal (CPP) por conter a exposição do fato criminoso e todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do delito, além do rol de testemunhas. "Depreende-se, por isso, a existência de crime em tese, que aliada aos indícios de autoria, autorizam o seu recebimento", assinalou o desembargador.

O relator entendeu ser necessário o afastamento do prefeito, ante o risco de grave lesão à ordem pública, à segurança e à economia públicas, consubstanciadas na manutenção, no cargo de agente político sob acusação por crime de responsabilidade pelo qual está sendo denunciado pelo órgão ministerial. Acompanharam a decisão, os desembargadores Bayma Araujo e Cleonice Freire.

LÍDER DO GOVERNO REVELA DADOS ASSUSTADORES

MAIS DA METADE DAS PREFEITURAS DO MA PODE ESTAR DOMINADA PELA AGIOTAGEM

O líder do governo na Assembleia, deputado César Pires, surpreendeu o plenário ao revelar, ontem, dados assustadores em relação ao sistema de agiotagem que envolve as prefeituras do Maranhão. “Fiquei assustado quando o Sistema de Segurança me comunicou que 87 prefeituras estão envolvidas diretamente no

sistema de agiotagem”, afirmou. As informações dão conta de que o Sistema de Segurança tem conhecimento de outros tantos agiotas que não estão envolvidos nas investigações ora em curso, mas que estão vinculados a outras prefeituras, podendo chegar a 123 prefeituras envolvidas com essa situação. **PÁGINA 3**

Líder do governo revela dados sobre a agiotagem nas prefeituras do Maranhão

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado César Pires, revelou ontem, na tribuna da Casa, dados por ele considerados assustadores em relação ao sistema de agiotagem que envolve as prefeituras do Maranhão. “Fiquei assustado quando o Sistema de Segurança me comunicou que 87 prefeituras estão envolvidas diretamente no sistema de agiotagem”, afirmou.

Segundo Pires, as informações repassadas aos seus pares foram colhidas junto ao secretário de Segurança, Aluizio Mendes, que lhe adiantou que o Sistema de Segurança tem conhecimento de outros tantos agiotas que não estão envolvidos nas investigações ora em curso, mas que estão vinculados a outras prefeituras, podendo chegar a 123 prefeituras envolvidas com essa situação.

“O sistema bancário, em nível do Banco do Brasil, por meio de seus gerentes e outros funcionários, sabia e compartilhava desse sistema de agiotagem. Foram encontrados prefeitos que pediram R\$ 300 mil, já tinham pago R\$ 6 milhões e ainda deviam R\$ 6 milhões e duzentos e cinquenta mil”, revelou César Pires.

De acordo com César Pires, a cada R\$ 100 mil que iam para a merenda escolar, apenas R\$ 20 mil

chegavam aos alunos. “Como é que nós podemos melhorar os indicadores sociais se o sistema bancário está vendido, se a parte da polícia está podre, se as políticas estão podres? É por isso que a política está paupérrima no estado do Maranhão. Felizmente não é 100% do estado”, analisou.

César Pires disse que 30 prefeitos, dos 87 envolvidos, apresentaram a possibilidade de delação premiada de poder ir depor, como fez recentemente o ex-vice prefeito Banga, do município de Serrano do Maranhão. Ele informou que, como os prefeitos gozam de foro em razão do exercício da função, ou seja, só podem ser julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado, está sendo feita uma triagem para saber o que deve ser remetido para a Promotoria Pública Estadual e Federal.

“Parte das emendas parlamentares dada a algumas prefeituras são vendidas antecipadamente, como fazem os agricultores do interior do estado quando vendem sua produção na palha. Não é o deputado quem vende a emenda, é a prefeitura que, quando o deputado apresenta a emenda, já antecipa a venda para poder fazer alguma coisa”, declarou.

Apartes – Em aparte, Bira do Pindaré propôs que se instalasse

uma CPI para investigar os gestores públicos que desviam verbas públicas. O deputado defendeu que seja divulgado o nome das prefeituras envolvidas no sistema de agiotagem. “Esta é uma informação importante para o povo do Maranhão que nesse momento tem que escolher novos gestores”, argumentou.

César Pires refletiu que nunca tinha se perguntado como ia ao ralato o dinheiro desses 217 municípios, que fazem parte dessa cesta que compõe os baixos indicadores sociais do Maranhão, no campo da saúde, do saneamento, entre outros. “Talvez eu tenha cometido injustiça quando penalizava os governos que não fazem nada e esquecia de observar o todo. Era como se a gente estivesse dentro da montanha e não saísse dela. E quando você sai tem uma visibilidade maior”, assinalou.

DESCE
↓

O prefeito de Vitorino Freire, José Ribamar Rodrigues, deve ser afastado do cargo, por determinação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por fraude em licitações e desvio de verbas públicas no valor de R\$ 2.337.772,44, em 2005, durante o exercício de mandato eletivo no Executivo municipal.

■ Habeas corpus

...Por maioria de votos, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concedeu, parcialmente, habeas corpus preventivo em favor dos proprietários, considerados foragidos. O órgão do TJMA converteu a prisão preventiva decretada pela juíza Kátia Coelho Dias em quatro medidas cautelares, dentre as previstas pela Lei nº. 12.403/2011.

TJ determina afastamento do prefeito de Vitorino Freire

O Tribunal de Justiça determinou o afastamento imediato do prefeito de Vitorino Freire, José Ribamar Rodrigues, por fraude em licitações e desvio de verbas públicas no valor de R\$ 2.337.772,44, em 2005, durante o exercício de mandato eletivo no Executivo municipal. A decisão é da 1ª Câmara Criminal em sessão nesta terça-feira (7).

Além de determinar o afastamento imediato de Rodrigues do cargo, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, autorizou o envio de comunicação do afastamento à Câmara de Vereadores de Vitorino Freire para dar cumprimento imediato à decisão dando posse ao substituto legal.

O comunicado foi enviado ainda ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ao Juízo monocrático daquela comarca para as providências cabíveis. O Banco do Brasil foi oficiado para a que o gestor não possa efetuar nenhuma movimentação na conta bancária da prefeitura do Município de Vitorino Freire.

Denúncia – Na denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual consta que, no exercício do mandato, Rodrigues praticou várias irregularidades enquanto gestor, em 2005. À época, o prefeito teria dispensado o processo licitatório, fora das hipóteses previstas em lei e adquiriu bens e serviços sem concorrência ou coleta de preços.

Para o MP, o gestor munici-

pal procedeu de forma irregular ao fazer a contratação direta de algumas empresas e pessoas físicas para o fornecimento de bens e realizações de serviços públicos que totalizaram R\$ 2,3 milhões.

Voto – O desembargador Raimundo Melo ressaltou haver fortes indícios de autoria e materialidade delitivas, demonstradas pelos relatórios de informação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente à aplicação irregular de verbas públicas.

Melo destacou que a denúncia está formalmente perfeita e preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal (CPP) por conter a exposição do fato criminoso e todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do delito, além do rol de testemunhas. “Depreende-se, por isso, a existência de crime em tese, que aliada aos indícios de autoria, autorizam o seu recebimento”, assinalou o desembargador.

O relator entendeu ser necessário o afastamento do prefeito, ante o risco de grave lesão à ordem pública, à segurança e à economia públicas, consubstanciadas na manutenção, no cargo de agente político sob acusação por crime de responsabilidade pelo qual está sendo denunciado pelo órgão ministerial. Acompanharam a decisão, os desembargadores Bayma Araujo e Cleonice Freire.

❖❖ O juiz Gladiston Cutrim, titular da comarca de Arari, está promovendo seleção para o cargo de Assessor de Juiz de Entrância Intermediária. O cargo é comissionado e direcionado aos bacharéis em Direito.

❖❖ Os interessados em participar da seleção devem fazer a inscrição previamente, pelo e-mail vara1_arar@tjma.jus.br, até as 18h do dia 17 de agosto, mediante apresentação de “curriculum vitae” e dos seguintes documentos: copia colorida de foto 3x4 atual, cópia da carteira de identidade, cópia do CPF, cópia do diploma de Bacharel em Direito e contatos.